

Propostas da II Conferência Municipal de Transparência e Controle Social

A transparência ativa e passiva de Niterói

1. Divulgar as políticas sociais, ações, serviços e benefícios oferecidos pela Prefeitura em todas as áreas
2. Reunir e divulgar os atos normativos do município em site oficial
3. Facilitar o acesso às informações dos investimentos públicos, com gráficos e comparativos (séries históricas)
4. Melhorar acessibilidade de conteúdos para pessoas com deficiência
5. Ampliar o uso das redes sociais, e-mail e whatsapp para divulgar o portal da transparência e suas atualizações
6. Criar novo portal de transparência que contenha consultas mais dinâmicas, dados abertos e informações atualizadas
7. Campanha humanizada, dentro das comunidades, divulgação presencial. Ex: Campanha de vacinação.
8. Incluir no currículo do ensino fundamental da rede municipal a temática transparência na aplicação dos recursos públicos incluindo material didático e a criação participativa de uma cartilha de cidadania

9. Realização de palestras em escolas e associações com distribuição de cartilhas em formato de Histórias em Quadrinho. (Tema: Lai)
10. Transparência em tempo real dos serviços públicos aos usuários dos serviços. Ex: Qual a posição do cidadão na fila da saúde, pré-matrículas das unidades de educação da rede municipal
11. Programas de capacitação para o uso da tecnologia e facilitar o entendimento sobre orçamento e processo legal.
12. Transparência ativa sobre o funcionamento dos serviços públicos incluindo o orçamento disponibilizado) no sentido da população sentir a importância da transparência na saúde, educação, segurança...
13. Garantir a conectividade a todos os equipamentos da prefeitura municipal: escolas UBS, hospitais, bibliotecas e ampliação da inclusão digital das comunidades
14. Transparência ativa que seja disponibilizado as informações sobre o acesso aos serviços consultas, exames, habitação
15. Que os dados sejam concentrados no portal da transparência com as séries históricas e os dados da transparência passiva (e-sic e ouvidoria), todos no formato de dados abertos

16. Divulgar amplamente os canais de participação social (colab, e-sic, audiência pública) e dos conselhos de políticas públicas (divulgando as atas).

A participação social e seus resultados

1. Ampliar a visibilidade dos conselhos e suas informações buscando o maior número de ferramentas possíveis para esse fim, fomentando e investindo em rádios comunitárias, Youtube, TV aberta e canal de comunicação pública
2. Ampliar os números de audiência pública nas regiões, promovendo o treinamento sobre direitos e deveres do cidadão e a mediação entre poder público e a população nos territórios
3. Reimplantar o orçamento participativo no município
4. Estimular a Câmara Municipal de Niterói a aprimorar os dispositivos de legislação participativa, de modo a valorizar, com maior frequência, as propostas legislativas de iniciativa popular
5. Empoderar os conselhos municipais, reconhecendo-os como instâncias de controle social, acentuando o protagonismo da sociedade civil, dando efetividade às decisões adotadas nos Conselhos e criando conselhos de políticas públicas em áreas que ainda não existem

6. Criar plataforma, que disponibilize dados, em tempo real, acerca dos serviços básicos (Ex:vagas escolares, consultas, exames, cirurgias)
7. Reativar o conselho do O.P. de Niterói
8. Criar o fórum interconselhos para tratar de temáticas transversais.
9. Criar espaços permanentes regionalizados (espaços públicos); para divulgar as diferentes formas de participação social; em parcerias com as universidades públicas (quiosque, praça, mini eventos públicos) empoderando a sociedade civil.
10. Promover ações que contribuam para fortalecer a cultura da transparência e participação em Niterói.

11. Reativar o conselho de orçamento participativo com ampla divulgação, submetida aos conselhos, para que os seus fóruns possam ter controle social da efetiva divulgação e usar modelos inspirados em financiamento coletivo para revitalizar o orçamento participativo.
12. Disponibilizar no portal da transparência de forma simples, intuitiva, de fácil acesso, as seguintes informações: nominata, regimento interno, legislação de criação, calendário e pauta das reuniões, locais e horários, atas, deliberações, gravações, orçamento e execução orçamentária,

estatísticas de presença e participação, informativos periódicos e demais informações que possibilitem o acesso à informação sobre a atuação dos conselhos, e apresente periodicamente uma avaliação presencial e setorizada das políticas públicas.

13. A divulgação para a participação social e seus resultados deve sair da centralização da informática e procurar outros meios como rádios comunitárias, altos-falantes, igrejas, templos, associação de moradores, painéis da NELTUR, terminal, barcas, busdoor etc. Devem ser elaboradas campanhas de esclarecimentos e treinamentos (pontos de acesso) para divulgação e conhecimento do portal da transparência, além dos canais da Prefeitura e Colab, difundindo esta ferramenta nas escolas, universidades, associações etc, e fortalecer o posicionamento das propostas apuradas nos grupos de discussão nas conferências.
14. Ampliar a Casa dos Conselhos além dos vinculados à SASDH, para atender com espaço e estrutura física e tecnológica, equipamentos, recursos humanos, todos os conselhos municipais e fóruns vinculados, além de grupos de trabalho, fóruns e conferências.
15. Criação de uma agenda de capacitação permanente, regular e continuada, para o

fortalecimento do governo aberto e controle social promovendo a capacitação dos gestores e servidores públicos, dos conselheiros e cidadãos, inclusive grupos vulnerabilizados em administração de conflitos e recursos, estimulando a cultura da transparência, organizado também por região/ bairro de modo a evitar barreiras sociais, inclusive desde o ensino básico, criando a cultura do conhecimento das funcionalidades da Prefeitura e o espírito cidadão.

A tecnologia da informação e o governo digital na promoção da transparência

1. Democratizar o acesso à internet, ampliando o Wi Fi público e promovendo formações permanente sobre governo digital e transparência para os cidadãos, usando os telecentros
2. Disponibilizar serviços on line de saúde, como marcação de consultas, exames entre outras funções, facilitando o acesso da população
3. Abrir dados relativos ao transporte público para desenvolvimento de aplicativos ou outras soluções tecnológicas que melhorem o serviço de transporte
4. Promover testes de navegação nos portais com diferentes públicos, analisando a usabilidade de

modo a implementar um sistema de avaliação desses portais

5. Organizar e disponibilizar informações das secretarias, com divulgação dos temas das demandas e soluções dadas, aumentando capacidade e investimento de tecnologias nos órgãos
6. Formação de núcleo TIC composto através de concurso público (analistas e programadores). Ex: IPLAN - Rio - Subordinado a CGM
7. Criar sistema único de acesso às compras públicas com transparência
8. Aumento de espaços físicos públicos para acesso à internet da população em conjunto com pessoal preparado para auxílio dos mesmos (a população) e presença de pólos de alfabetização científica e tecnológica, dentro das universidades e das comunidades
9. Sistema de informação para o público com acessibilidade. Acesso através da transparência: totem; celular; centro de atendimentos; universidades (colaboradores)
10. Diário oficial em formato aberto
11. Construir um Plano de Transformação Digital que implante um setor ou empresa pública municipal de tecnologias da informação e de

inovação, garantindo a disponibilidade e a confiabilidade das redes de eletricidade e de comunicação para cidadãos de todas faixas de renda e áreas da cidade - em especial nos equipamentos e espaços públicos, orientando os sistemas de informação do município a se comunicarem por APIs entre si e com a sociedade e prevendo a formação de equipes e profissionais de segurança cibernética trabalhando junto à Prefeitura

12. Facilitar o acesso do cidadão ao Poder público, por meio de plataformas ou aplicativos intuitivos e com linguagem simples, bem como criando “Casas da Transparência Cidadã” nas comunidades vulneráveis de Niterói, fortalecendo a cultura da transparência e o controle social
13. Garantir que os serviços prestados por agentes privados sejam controlados em tempo real pela administração e por segmentos organizados, cabendo ao prestador emitir relatórios com os serviços fornecidos em determinado período
14. Adotar aplicativos e soluções como WIKILegis, o Mudamos, a Virada Legislativa e o Colab.re no processo legislativo municipal
15. Usar o Marco Legal da Inovação para aumentar a capacidade de desenvolver soluções voltadas à transparência e ao governo aberto

